



## TRAMA GOLPISTA

# “Processo penal é prova, não disputa política”

Após o STF ser criticado no 7 de Setembro, Barroso diz que julgamento de Bolsonaro, a ser retomado hoje, não tem cunho ideológico

» LUANA PATRIOLINO

Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ser atacado em manifestações no 7 de Setembro por causa do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, enfatizou que “processo penal é prova, não disputa política ou ideológica”. Hoje, a Primeira Turma do STF retoma a análise da ação contra o ex-chefe do Executivo e mais sete réus por tentativa de golpe de Estado.

As declarações de Barroso foram em reação às acusações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que chamou o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, de “ditador” e “tirano”.

“Não gosto de ser comentarista do fato político do dia e estou aguardando o julgamento para me pronunciar em nome do Supremo Tribunal Federal”, afirmou à imprensa. “A hora para fazê-lo é após o exame da acusação, da defesa e apresentação das provas, para se saber quem é inocente e quem é culpado. Processo penal é prova, não disputa política ou ideológica”, acrescentou.

O presidente do STF também fez uma comparação com o período da ditadura militar. Ele lembrou que, no regime autoritário, não havia devido processo legal nem transparência nos julgamentos. “Tendo vivido e combatido a ditadura, nela é que não havia devido processo legal público e transparente, acompanhado pela imprensa e pela sociedade em geral. Era um mundo de sombras”, destacou. “Hoje, tudo tem sido feito à luz do dia. O julgamento é um reflexo da realidade. Na vida, não adianta querer quebrar o espelho por não

gostar da imagem”, frisou.

Barroso estava em viagem à França e tem previsão de voltar hoje a Brasília — dia da retomada do julgamento de Bolsonaro na Primeira Turma, da qual o ministro não faz parte.

O julgamento será retomado com o voto de Moraes. A expectativa é de que o ministro use a manhã e a tarde. Se ainda der tempo, votará o ministro Flávio Dino. Faltarão, então, os votos de Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin. As sessões prosseguirão até sexta-feira. Em caso de condenações, os magistrados também têm de definir a dosimetria das penas.

A eventual prisão dos réus que forem condenados não deve ocorrer de forma automática, e só poderá ser efetivada após análise dos recursos. Mesmo assim, eles não devem ficar em presídios comuns. Oficiais do Exército têm direito à prisão especial, conforme o Código de Processo Penal (CPP). O núcleo 1 tem cinco militares do Exército, um da Marinha e dois delegados da Polícia Federal, que também podem ser beneficiados pela restrição.

A análise do processo começou na terça-feira da semana passada. No primeiro dia, Moraes leu o relatório, com o resumo do processo e provas colhidas. Em seguida, o procurador-geral da República reiterou a acusação. Na sequência, as defesas dos réus tiveram 1 hora cada uma para sustentação oral.

De acordo com denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), os réus atuaram para desacreditar o sistema eleitoral, incitar ataques a instituições democráticas e articular medidas de exceção.

Além de Bolsonaro, respondem à ação penal os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo

Luiz Silveira/STF



O julgamento será retomado, na Primeira Turma do Supremo, com a leitura do voto de Moraes

### Calendário

Veja datas e horários das sessões do julgamento

Hoje – às 9h e às 14h  
Amanhã – às 9h  
Quinta-feira – às 9h e às 14h  
Sexta-feira – às 9h e às 14h

Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante

da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid.

A denúncia indica que Bolsonaro tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder, mesmo após derrota nas urnas, e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também é descrito um plano de assassinato de autoridades e o apoio aos atos extremistas de 8 de janeiro como a última cartada do grupo criminoso.

Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o golpe não foi consumado apenas por falta de adesão dos comandantes do

Exército e da Aeronáutica.

O núcleo é acusado de cinco crimes: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. A exceção é Ramagem, que conseguiu a suspensão da ação pelos crimes que aconteceram em 8 de janeiro de 2023, porque ele já era deputado federal. O parlamentar é réu por organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

## Moraes “belicoso”

Em meio ao julgamento da trama golpista, o jornal britânico *The Guardian* publicou um perfil do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Ele é definido como um juiz que “inspira amor e ódio”, além de uma das “maiores e mais controversas celebridades” brasileiras, que lidera o julgamento “histórico” do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O jornal aponta que a atuação do “belicoso” e “musculoso” juiz desde a eleição do ex-presidente é o que o tornou um “herói para os progressistas” e uma “figura odiada para os devotos de Bolsonaro”.

O *The Guardian* lista que ele conduziu uma série de investigações relacionadas ao ex-presidente e a seus aliados e bloqueou perfis de ativistas de extrema-direita nas redes sociais.

Sobre acontecimentos mais recentes, o jornal usa o inquérito das fake news para mostrar que “até alguns progressistas se preocupam que Moraes pode ter ido além de sua autoridade constitucional em sua cruzada para defender a democracia”.

O texto traça a trajetória acadêmica e profissional de Moraes até se tornar ministro da Justiça de Michel Temer (MDB), em 2016. Trechos mencionam o “currículo invejável” e perfil “workaholic” e lembram que ele escreveu um livro sobre direito constitucional “que vendeu centenas de milhares de cópias”.

“Hoje, muitos brasileiros de esquerda exaltam Moraes como o salvador da quinta maior democracia do mundo. Mas, durante seus dias de universidade, Moraes era um homem de direita”, destaca.

### NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Escalada de tensões na etapa decisiva para Bolsonaro

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus pela tentativa de golpe de Estado recomeça hoje, na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), com uma escalada de tensões políticas. No domingo, num ato em apoio ao ex-presidente na Avenida Paulista, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PR), fez duros ataques ao Supremo e ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

Tarcísio tenta conquistar o apoio de Bolsonaro para se candidatar à Presidência da República e subiu o tom contra o Supremo. Enquanto manifestantes gritavam “fora, Moraes”, na Avenida Paulista, o governador paulista disparou: “Por que vocês estão gritando isso? Talvez porque ninguém aguenta mais. Ninguém aguenta mais a tirania de um ministro como Moraes. Ninguém aguenta mais o que está acontecendo neste país”.

Decano da Corte, o ministro Gilmar Mendes publicou, em resposta, uma nota nas redes sociais em defesa do Supremo. “Não há no Brasil ‘ditadura da toga’, tampouco ministros agindo como tiranos. O STF tem cumprido seu papel de guardião da Constituição e

do Estado de Direito. O que o Brasil realmente não aguenta mais são as sucessivas tentativas de golpe que, ao longo de sua história, ameaçaram a democracia e a liberdade do povo.” Segundo o ministro do Supremo, “crimes contra o Estado Democrático de Direito são insuscetíveis de perdão!”

O julgamento eleva a radicalização política a um novo patamar, com o mesmo viés golpista que antecedeu o 8 de Janeiro. Parece um filme que estava com a imagem congelada e voltou a rodar. Entretanto, representa um divisor de águas na história do Brasil. Pela primeira vez, um ex-chefe de Estado e oficiais-generais das Forças Armadas são levados ao banco dos réus por conspirarem contra a ordem constitucional. A Procuradoria-Geral da República (PGR) sustenta que houve uma articulação criminosa para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, anular o resultado das eleições de 2022 e instaurar um regime de exceção.

### Negativa de autoria

Segundo a PGR, Bolsonaro liderava o chamado “núcleo crucial” de uma organização

criminoso. Esse núcleo reunia ex-ministros, assessores próximos e militares de alta patente, todos empenhados em sustentar a narrativa de fraude eleitoral e preparar medidas para inviabilizar a posse de Lula. Entre as provas listadas, estão os depoimentos de delatores, como Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro na Presidência, mensagens apreendidas em celulares, relatórios militares e a famosa “minuta de decreto” encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres. O documento previa medidas extraordinárias, como a instauração de “estado de defesa” e a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

No entendimento da PGR, havia um plano consistente para abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Relatos de reuniões no Palácio da Alvorada e tentativas de quebra de hierarquia nos quartéis apontam que se discutiu, inclusive, a possibilidade de assassinato ou prisão de autoridades, numa escalada de radicalização que culminaria nos ataques do dia 8 de janeiro, quando sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas em Brasília.

Bolsonaro e seus auxiliares são acusados de tentativa de golpe de Estado, organização criminosa, incitação à violência, dano qualificado ao patrimônio público e ataque a bens tombados. Suas defesas — exceção para o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, que fez delação premiada — têm em comum a alegação de que não há provas suficientes para sustentar a denúncia da PGR. A delação de Mauro Cid é desqualificada como prova central. O documento com a “minuta do golpe” encontrado com Anderson Torres, também. Assim, não haveria materialidade que configure tentativa de golpe.

Outra linha de argumentação é a de que Bolsonaro e seus aliados sempre atuaram dentro das alternativas previstas pela Constituição. Nenhum decreto foi publicado, nenhuma ordem militar foi dada, afirmam. Os advogados também acusam o Supremo de atropelar o devido processo legal e cercear a defesa. Bolsonaro foi “dragado”. Generais acusados negam qualquer plano de ruptura. Reforçam que, se houve crimes, foram

atos isolados de indivíduos, não um projeto coordenado pelo governo.

O julgamento ocorre em meio a um ambiente político de forte polarização. O destino judicial de Bolsonaro se entrelaça, assim, com tensões diplomáticas e econômicas mais amplas. O cenário externo pressiona. O presidente norte-americano, Donald Trump, tem atacado Lula e defendido Bolsonaro em discursos e entrevistas, apresentando-o como vítima de perseguição judicial. Ao mesmo tempo, a relação Brasil-EUA atravessa uma crise comercial causada pelo tarifaço imposto por Trump contra exportações brasileiras, o que dá um contorno geopolítico ao julgamento.

A oposição se organiza para ganhar novamente as ruas e transformar o processo em bandeira contra o governo e contra o Supremo. No Congresso, parlamentares bolsonaristas anunciaram obstrução de pautas e pedem uma anistia ampla para os envolvidos no 8 de Janeiro. O julgamento é um campo de batalha simbólico sobre os limites da democracia brasileira.